

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 97ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Mesa da Assembleia
 - 2.3 – Comissões
- 3 – MATÉRIA VOTADA**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – ORDENS DO DIA**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 5.1 – Plenário
 - 5.2 – Comissões
- 6 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 7 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 9 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.404

Declara de utilidade pública a Associação Comunidade Terapêutica
Fazenda Vitória, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunidade Terapêutica Fazenda Vitória, com sede no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.405

Declara de utilidade pública o Centro Terapêutico e de Reabilitação
Obra de Amor – Centroa –, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Terapêutico e de Reabilitação Obra de Amor – Centroa –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.406

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Tony e Adjacência – Ascoton –, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Tony e Adjacência – Ascoton –, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.407

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de São Pedro II, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de São Pedro II, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.408

Declara de utilidade pública o Instituto de Ação Social Terezinha, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Ação Social Terezinha, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.409

Declara de utilidade pública a entidade Guarda-Mirim de Frutal, com sede no Município de Frutal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Guarda-Mirim de Frutal, com sede no Município de Frutal.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019

Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.247/2019; Requerimentos nºs 2.419 e 3.204 a 3.206/2019; Requerimentos Ordinários nºs 582, 591, 608, 609, 658, 689 e 716/2019 – Comunicações: Comunicações dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bosco – Questão de Ordem – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Coronel Sandro, Bruno Engler e Bosco – Suspensão e Reabertura da Reunião – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.247/2019

Dispõe sobre a proteção e preservação da folia de reis e congado no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Consideram-se de relevante valor cultural, para os efeitos desta lei, os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares associados à Folia de Reis e ao Congado em Minas Gerais, para fins de identificação e proteção.

Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para inventário e registro dos bens culturais de que trata esta lei, quando couber, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2019.

Deputado Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: A Folia de Reis é um festejo de origem europeia ligado às comemorações do culto católico do Natal que, trazido para o Brasil, mantém-se vivo nas manifestações folclóricas de muitas cidades de Minas Gerais, principalmente no interior, onde acontecem os chamados Reisados, com muita música, dança e orações. Ocorrem, geralmente, no início mês de janeiro quando as chamadas “companhias” vão de casa em casa cantar os seus versos acompanhados de instrumentos musicais, com trajes de fardas e mascarás.

O congado, também chamado de congo ou congada, mescla cultos católicos com africanos num movimento sincrético. É uma dança que representa a coroação do rei do Congo, acompanhado de um cortejo compassado, cavalgadas, levantamento de mastros e música. Os instrumentos musicais utilizados são a cuíca, a caixa, o pandeiro, o reco-reco. Ocorre em várias festividades ao longo do ano, mas especialmente no mês de outubro, na festa de Nossa Senhora do Rosário. O ponto alto da festa é a coroação do rei do Congo.

Em Minas Gerais, o Decreto nº 42.505, de 15/4/2002, instituiu as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que integram o patrimônio cultural do Estado. Para tanto, prevê pelo menos quatro livros de registro: o Livro dos

Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro das Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e o Livro dos Lugares, para registro dos espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletiva, tais como mercados, feiras, santuários e praças.

A identificação, o inventário e o registro de bem imaterial constituem atividades de natureza administrativa, de competência de órgãos específicos do Poder Executivo. O Poder Legislativo, em decorrência das características de generalidade e abstração das leis que elabora, só pode prever as hipóteses genéricas nas quais caberá o exercício do ato administrativo apropriado pelo Poder Executivo. Assim, é o Poder Executivo que deverá realizar, mediante procedimento administrativo, a identificação, o levantamento e o registro dos bens que julgar inseridos nos critérios genericamente previstos em norma elaborada pelo Legislativo e identificados nos estudos técnicos.

A proposição tem por objetivo promover o acautelamento das formas de expressão da folia de reis e congado, enraizados no cotidiano das comunidades mineiras, para fins de registro no Livro de Registro dos Saberes, nos termos do art. 1º, § 1º, I, do Decreto Federal nº 3.551, de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Ainda, vale salientar que os arts. 208 e 209 da Constituição do Estado, ainda amparam a proteção e preservação dos bens culturais mineiros, de natureza material e imaterial.

Por fim, vale registrar que proposição semelhante foi apresentada nesta Casa, Projeto de Lei nº 2.730/2015, do ex-deputado João Alberto, que recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça e Cultural, diante a relevância do tema. Contudo, em razão do encerramento daquela legislatura, o mesmo foi arquivado.

Diante disso, peço apoio aos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.419/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República pedido de providências para que seja solicitada ao Poder Judiciário a quebra do sigilo dos áudios de lideranças do Primeiro Comando da Capital – PCC – no âmbito da Operação Cravada.

Nº 3.204/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a possibilidade da instalação de patrulha doméstica no 5º Pelotão do 14º Batalhão da Polícia Militar em Santana do Paraíso e no 62º Batalhão da Polícia Militar em Caratinga. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.205/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe de delegados, médicos-legistas, escrivães, investigadores, psicólogas e administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais pela condução e conclusão do inquérito relativo aos supostos abusos sexuais cometidos contra crianças no Colégio Magnum, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.206/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP – pedido de providências para que sejam apurados os fatos apontados no relatório final da Comissão Especial da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, a qual foi instituída para apurar os acontecimentos da Operação Fênix, deflagrada pelo Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – Uberlândia, do Ministério Público de Minas Gerais.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 582/2019, da deputada Leninha, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.480/2015 distribuído à Comissão de Direitos Humanos para parecer.

Nº 591/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.752/2017 distribuído à Comissão de Agropecuária e Agroindústria para parecer.

Nº 608/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja o Projeto de Lei nº 492/2019 distribuído à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para parecer.

Nº 609/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja o Projeto de Lei nº 811/2019 distribuído à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para parecer.

Nº 658/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.042/2019 distribuído à Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para parecer.

Nº 689/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.006/2019 distribuído à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para parecer.

Nº 716/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.323/2017 distribuído à Comissão de Direitos Humanos para parecer.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bosco.

Questão de Ordem

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado. Sr. Presidente, esta Casa, a Assembleia de Minas, principalmente através das Comissões de Minas e Energia e Especial de Energias Renováveis, tem feito um primoroso trabalho no sentido de trazer a discussão para dentro da Assembleia para podermos ter acesso às informações e apresentar um programa, que é o Programa Mineiro de Energias Renováveis. Em virtude e em resultado desse trabalho que a Assembleia tem feito, hoje existem dezenas de projetos que estão sendo apresentados na Secretaria de Meio Ambiente para que a secretaria possa agilizar as licenças ambientais. São projetos de energia eólica e principalmente projetos fotovoltaicos. A maioria deles é voltada para o Norte de Minas. Só para se ter uma ideia da importância desse projeto para o nosso estado, um desses projetos que está sendo instalado na cidade de Janaúba vai trazer, sem dúvida alguma, recursos de bilhões de dólares para o Estado de Minas Gerais. Então são 74 projetos. Nós estamos tendo dois entraves, presidente, com relação às energias renováveis em Minas Gerais. O primeiro entrave é na Comissão de Meio Ambiente. Parece que eles não entendem do assunto, parece que não querem discutir o assunto, e os projetos estão demorando muito, favorecendo inclusive a sua evasão para outros estados. O segundo entrave – pasmem, Vs. Exas. – partiu recentemente da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica –, que está propondo que todos os projetos, inclusive os projetos domésticos, aquele projeto em que a pessoa adquire uma pequena usina de energia e põe em cima do seu telhado para diminuir a conta exorbitante da luz, seja taxado. A Aneel está propondo taxaço em cima desses projetos domésticos e de projetos industriais. Ora, nós estamos captando a luz do sol, sem nenhum custo para o Estado. Pelo contrário, nós estamos ajudando a burocrática Cemig a prestar um serviço melhor a nossa população, e a Aneel agora está querendo cobrar imposto de energia solar. Eu queria, presidente, dizer da minha indignação. A gente está vendo aí as pessoas arrumando recurso para poderem montar uma pequena usina dessas na sua casa, diminuir a energia, diminuir o custo, e vem agora a Aneel querendo cobrar imposto da energia solar. Fica aqui o meu repúdio, fica aqui o meu alerta. As pessoas ficarão desmotivadas para até tomar empréstimo, porque depois de três ou quatro anos a usina se paga, e a pessoa não dispense tanto dinheiro. Então fica o meu alerta para ver o que pode ser feito. Eu vou propor uma audiência lá na Comissão de Energias Renováveis e espero que a Aneel pelo menos mande alguém aqui explicar, porque eu acho que isso é o cúmulo do absurdo, é o absurdo dos

absurdos. Estimula todo mundo a usar energia renovável, energia fotovoltaica, e agora quer cobrar a energia do sol, dos raios solares, que Deus, graciosamente, dá a nossa população, uma das poucas coisas a que nós temos direito. Então fica aí o meu repúdio a essa pretensão da Aneel. Muito obrigado.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de universitários do curso de Direito da Faculdade Pitágoras de Betim. Sejam todos e todas bem-vindos.

Oradores Inscritos

– Os deputados Coronel Sandro, Bruno Engler e Bosco proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Suspensão da Reunião

O presidente – Tendo em vista a interrupção da energia elétrica no Plenário, a presidência vai suspender a reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência informa ao Plenário que fica preservado o tempo de pronunciamento do deputado Bosco, que ainda dispõe de 8 minutos.

Encerramento

O presidente – Persistindo a falta de energia elétrica, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/8/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 2/2019, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 7/2019, autorizando a alienação/afetação/inutilização dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis no relatório; 2ª) dispõe sobre férias-prêmio não usufruídas e saldo de férias regulamentares adiadas ou interrompidas. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.709/2019, a Mesa dispõe sobre o credenciamento de profissional de imprensa e dá outras providências. Isso posto, em cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 78, c/c os incisos XXXII do art. 82 e I do art. 86 do Regimento Interno desta Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa nº 3/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, a Mesa opina pela regularidade e legalidade das aposentadorias requeridas pelos servidores Cássia Cristina Cintra, João Alves Cardoso e Marco Antonio Azzi, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e após os devidos processos, lavrados em observância ao prescrito no § 1º do art. 5º da mencionada Instrução Normativa, autorizando o encaminhamento dos mesmos ao TCE-MG, através do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/8/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza a rerratificação das escrituras e dos registros do Livro nº 2 do Registro Geral do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte relativos a terrenos da Quadra 11-A, do Bairro Santo Agostinho, a fim de que conste a propriedade do Estado de Minas Gerais e a destinação de uso especial pela Assembleia Legislativa; 2ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referentes aos meses de maio, junho e julho de 2019, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referentes aos meses de maio, junho e julho de 2019, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 4ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes às aplicações, até as datas de 31/5/2019, 30/6/2019 e 31/7/2019, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antônio Carlos Arantes Requerimento nº 1.582/2019, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores financeiros repassados, no ano de 2018, a todos os Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – Cacons – e Unidades de Alta Complexidade em Oncologia – Unacons – do Estado, identificando os recursos oriundos da União, do próprio Estado e de emendas parlamentares federais e estaduais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.586/2019, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações em que conste a razão por que os ônibus escolares estão parados no pátio da Escola Estadual Professor João Fernandino Júnior, em Sete Lagoas, desde o ano de 2017, assim como em outras localidades do Estado; qual foi o valor investido pelo Estado na aquisição da frota de tais ônibus; se existe uma dívida do Estado com a empresa fornecedora relativa aos ônibus escolares; se existe atraso no pagamento dos ônibus e se isso está impedindo a distribuição dos ônibus; se existe uma previsão para que estes sejam destinados aos municípios, bem como seja remetida a esta Casa cópia do processo licitatório entre a empresa e o governo do Estado referente à compra dos ônibus – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.601/2019, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o valor atualizado da dívida do Estado com o Hospital Regional do Sul de Minas e a previsão de repasses para o aludido hospital, que demitiu vários funcionários devido à dívida com a instituição – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.065/2019, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas no detalhamento da folha de pagamentos da empresa e de sua subsidiária Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A – Copanor – de 2017, 2018 e 2019 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.067/2019, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os procedimentos adotados quando da aprovação de loteamentos no tocante a equipamentos relacionados a serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário realizados pelo empreendedor – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.068/2019, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os valores e o percentual em relação ao total do investimento da empresa aplicado em programas de eficiência energética nos anos de 2017, 2018 e 2019 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.092/2019, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer

seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de informações sobre o estudo acerca da MGS Administração e Serviços, em especial relativamente às implicações da demissão de funcionários dessa empresa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.266/2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa e ao presidente da Copanor pedido de informações sobre quais testes e parâmetros são utilizados pelas respectivas empresas para qualificar a qualidade da água em função do uso seguro e adequado de agrotóxicos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.291/2019, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa e ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsa-MG – pedido de informações sobre a área de abrangência da futura estação de tratamento de esgoto, tanto em Timóteo como em Coronel Fabriciano, indicando as regiões e bairros que estarão sob sua cobertura – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/8/2019, o servidor Rogério Gurjão Pinheiro, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – consultor, no exercício da função gratificada de gerente-geral – FGG; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19/8/2019, a servidora Marlêi Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, retificando o ato que aposentou, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a servidora Sheyla Abreu de Brito Mello, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Bibliotecário, a partir de 22/12/2016, que, pelo presente, passa a ser a partir de 31/12/2016; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, retificando o ato que aposentou, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a servidora Diana Ceres de Oliveira Freire, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, a partir de 25/9/2017, que, pelo presente, passa a ser a partir de 3/10/2017; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002,

nas Resoluções n°s 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, datado de 24/11/2017, retificando o ato que aposentou, por invalidez, com proventos integrais, a partir de 24/11/2017, o servidor Hiram Castelo Branco Teixeira Nascimento, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas, retirando a menção à Emenda Constitucional n° 70, de 29 de março de 2012. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 26 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1°-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2°-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3°-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1°-secretário – Carlos Henrique, 2°-secretário – Arlen Santiago, 3°-secretário.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 26/8/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo ata de registro de preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa, como órgão gerenciador, e a empresa FX Comércio e Distribuidora Eireli – EPP, como beneficiária, tendo como objeto a aquisição de materiais para realização de reformas, manutenção predial e reposição de estoque – parecer favorável à assinatura da Ata de Registro de Preços n° 9/2019, oriunda do Pregão Eletrônico n° 32/2019, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa autoriza a abertura do Pregão Eletrônico n° 55/2019 – Processo no Portal de Compras n° 1011014 141/2019, para prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC –, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei n° 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução n° 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa n° 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei n° 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções n°s 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, Marina Amaral Guimarães do cargo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de técnico de apoio legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de setembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1°-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2°-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3°-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1°-secretário – Carlos Henrique, 2°-secretário – Arlen Santiago, 3°-secretário.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/8/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG -, tendo como objeto a cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício de mandato eletivo – parecer favorável à inclusão de mais um militar, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Thiago Cota referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; ao deputado Carlos Henrique, Requerimento n° 933/2019, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde

pedido de informações sobre a organização da Rede de Atenção Psicossocial no Estado, contendo todas as pactuações, os pontos de atenção mantidos e aqueles a serem implantados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.341/2019, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o andamento dos procedimentos de licenciamento ambiental para a realização da obra de asfaltamento de dois trechos da Rodovia MG-280: do Município de Paula Cândido ao trevo de Divinésia (14km) e do Município de Dolores do Turvo ao Município de Alto Rio Doce (26km) – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.383/2019, de autoria da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG - pedido de informações sobre o processo de restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, o cronograma de execução e a data prevista de conclusão da obra – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.496/2019, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações substanciadas em cópia integral do processo de licenciamento da Barragem de Fundão, em Mariana, que era operada pela Samarco Mineração S.A. e se rompeu no dia 5 de novembro de 2015, ocasionando a morte de 19 pessoas e imensurável destruição ambiental – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.497/2019, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações substanciadas em cópia integral do processo de licenciamento da Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco, em Barão de Cocais, da Vale S.A. – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.983/2019, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações, substanciadas em cópias de todos os termos firmados entre o Governo do Estado e a organização da sociedade civil brasileira denominada Comunitas e entre a Comunitas e os parceiros técnicos selecionados, sobre a relação entre essas duas entidades, identificando-se a composição dos membros dessa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip –, a forma de sua contratação, a existência de licitação, o tipo de certame, o montante global do contrato, a quantidade e a qualificação das pessoas que atuam para o Estado, com suas respectivas remunerações e funções; sobre eventuais benefícios governamentais destinados às empresas ligadas ao Núcleo de Governança do Programa Juntos ou aos líderes empresariais locais; sobre eventuais débitos dessas empresas com o Estado; e, ainda, sobre a escolha e a forma de contratação dos parceiros técnicos que atuam na identificação de desafios e execução dos projetos correspondentes – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/8/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide indeferir o recurso apresentando pela pregoante Artebrilho Multiserviços Ltda., referente ao Pregão Eletrônico nº 15/2019, Processo no Portal de Compras nº 3393/2019, considerando a decisão da pregoeira e as manifestações da área técnica solicitante da contratação e da área técnica responsável por auxiliar na análise das planilhas de custos e formação de preços. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no

Diário do Legislativo e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/8/2019, a servidora Terezinha de Fátima Camarota Moscardini Naves, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – consultor; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Gleidson Batista dos Santos para a função gratificada de gerente-geral – FGG –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; dispensando Gleidson Batista dos Santos da função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Jornalismo; designando Arlan Araujo França para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Jornalismo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/8/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação das dependências da Casa, com o fornecimento de materiais e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, em caráter excepcional, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo protocolo de intenções a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Ipatinga, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação e funcionamento da Escola do Legislativo daquela Câmara – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Ágile Empreendimentos e Serviços Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing receptivo e ativo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício de mandato eletivo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa manifesta-se favorável à concessão do Adicional de Desempenho – ADE –, nos termos da Lei nº 17.590/2008, regulamentada pelas Deliberações nº 2.421/2008 e 2.432/2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas, e homologou a listagem contendo o nome da servidora Aline Leite Viana Dilly Patrus, apta à obtenção do ADE, no mês de agosto de 2019. Na continuidade da reunião, são aprovados atos

relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/7/2019

Às 16h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do Projeto de Lei nº 877/2019, em turno único, o relator retira o parecer apresentado anteriormente. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 877/2019 com as Emendas nºs 1 a 3, 5 e 6 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Glaycon Franco – Laura Serrano – Fernando Pacheco.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/9/2019

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Delegado Heli Grilo e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.113/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que viabilize a execução de políticas públicas para crianças e jovens do aglomerado do Morro das Pedras, em Belo Horizonte, especialmente junto às escolas estaduais situadas no referido aglomerado, com o objetivo de prevenir e combater o uso de drogas;

nº 4.172/2019, do deputado Cássio Soares, da deputada Delegada Sheila e dos deputados Delegado Heli Grilo e Gustavo Mitre, em que requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública relativa ao segundo quadrimestre de 2019;

nº 4.173/2019, dos deputados Cássio Soares e Gustavo Mitre, da deputada Delegada Sheila e do deputado Delegado Heli Grilo, em que requerem seja informado à Mesa desta Casa o tema priorizado pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras drogas para a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social relativa ao segundo quadrimestre de 2019;

nº 4.176/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para verificar a regularidade dos processos de fechamento das unidades do Sesc-MG no Estado, especialmente as localizadas nos Municípios de Juiz de Fora, Muriaé, Santos Dumont e Teófilo Otoni;

nº 4.177/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre as denúncias recebidas acerca do recente fechamento de unidades do Sesc-MG no Estado, entre elas as unidades localizadas na Zona da Mata e no Município de Teófilo Otoni.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019.

Delegada Sheila, presidente – Gustavo Mitre – Coronel Sandro.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/10/2019

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei Complementar nºs 80/2018, do Tribunal de Contas, e 16/2019, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 910/2019, do Procurador-Geral de Justiça, e 1.013, 1.085, 1.125, 1.126 e 1.127/2019, do governador do Estado.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.148/2019, do deputado Zé Guilherme; 3.172/2019, do deputado Sargento Rodrigues; e 3.188, 3.189 e 3.191/2019, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.553/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.519/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 3.582 e 3.611/2016, do deputado Sargento Rodrigues, 5.110/2018, do deputado Hely Tarquínio, 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, 753/2019, do deputado Raul Belém, e 1.205/2019, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.190/2019, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 82/2019, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater, conhecer e divulgar assuntos relacionados ao desporto para amputados com a presença de dirigentes da Associação Mineira de Desportos para Amputados – Amda/MG.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 25 de outubro de 2019, destinada a comemorar o Dia do Médico Veterinário.

Palácio da Inconfidência, 24 de outubro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.148/2019, do deputado Zé Guilherme, 3.172/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e 3.188, 3.189 e 3.191/2019, do deputado Elismar Prado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****REQUERIMENTOS**

Nº 3.207/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações substanciadas em relatório da execução orçamentária relativa aos anos de 2017, 2018 e 2019 da Fundação TV Minas Cultural e Educativa e da Rádio Inconfidência, posteriormente Empresa Mineira de Comunicação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.208/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações substanciadas em relatório detalhado dos gastos com publicidade realizados em 2019 pelo Poder Executivo, incluindo órgãos, fundações, empresas e autarquias, com discriminação da destinação dos valores e dos pedidos de inserção de publicidade. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.209/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações substanciadas em relatório detalhado dos gastos em publicidades realizados no ano de 2019 pelo governo do Estado, incluídos nos projetos incentivados e projetos especiais das empresas e autarquias vinculadas ao governo do Estado, bem como os incluídos nas renúncias fiscais. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Cultura. Anexe-se ao Requerimento nº 3.208/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 3.210/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações substanciadas em relatório detalhado dos valores gastos em publicidade, nos projetos que receberam recursos oriundos das leis de incentivo, pelo Governo do Estado, suas empresas e autarquias nos anos de 2017, 2018 e 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.211/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre quando a Rede Minas vai efetivamente integrar a Empresa Mineira de Comunicação, qual será o regime

de trabalho dos seus servidores, se eles irão perder algum benefício com a mudança e se será viável a proposta dos servidores para que a Empresa Mineira de Comunicação se transforme em uma *holding*. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.212/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo pedido de providências para que inclua os patrimônios históricos, culturais e turísticos de Minas Gerais no Programa Revive. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.213/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Srs. Philippe Xavier e Júlio Ramos pelos 15 anos de sucesso à frente da empresa Central de Eventos. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.214/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as razões da suspensão da oferta de exames de mamografias em unidades móveis no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.216/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Juiz de Fora pedido de informações sobre os motivos da demora da retomada do atendimento de urgência do Hospital João Penido e a previsão para o retorno desse atendimento.

Nº 3.217/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas na relação de projetos de infraestrutura constantes no plano de trabalho de que trata o § 7º da Lei Federal nº 10.336, de 19/12/2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide –, a serem executados no Estado no exercício de 2020 com recursos da Cide. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.218/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o montante de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – repassados ao Estado no exercício de 2018 e nos três primeiros trimestres do exercício de 2019, o saldo de contas vinculadas desses recursos e o cronograma de sua aplicação em obras de infraestrutura de transportes e a regularidade no repasse do montante de 25% destinado aos municípios. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.219/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a existência de estudos ou projetos nessa secretaria para viabilizar a melhoria da ligação entre o norte mineiro, a capital federal e o litoral baiano, tanto por meio de pavimentação de trechos de rodovias estaduais como da construção de trechos coincidentes com o traçado da BR-030. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.220/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o processo de refederalização de trecho da BR-135 no Norte de Minas, com detalhamento da situação atual das negociações e das perspectivas reais de sua efetivação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.221/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o cronograma atualizado do lançamento dos estudos e dos editais de licitação para concessão de rodovias estaduais e os valores estimados pelo órgão a serem arrecadados com as outorgas das respectivas concessões. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.222/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a diferença entre o número de lotes de concessões de rodovias anunciado pelo Estado no início de 2019 – sete – e o mencionado na audiência do 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza – seis. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.223/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os reajustes e as readequações de contratos de parceria com a iniciativa privada – PPPs – e concessões, em análise pelo Estado no setor de infraestrutura e de transportes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.224/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o detalhamento dos valores já arrecadados com a iniciativa privada e com organismos de fomento para os estudos e as modelagens de parcerias no setor de infraestrutura e de transportes, com suas respectivas destinações. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.225/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a situação atual do projeto e das tratativas com a Secretaria Nacional de Aviação Civil para angariar os recursos necessários para a reforma definitiva da pista do aeroporto regional do Vale do Aço. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.226/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as metas para ampliação de investimentos na estrutura física das escolas estaduais e sobre a previsão do governo para a realização de novos investimentos no programa Mãos à Obra, tendo em vista que há muitas escolas do interior que necessitam de reformas estruturais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.227/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no cronograma atualizado do lançamento dos estudos e dos editais de licitação para concessão dos parques estaduais à iniciativa privada. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.228/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações consubstanciadas no detalhamento e no cronograma atualizado do lançamento dos estudos e dos editais de licitação para concessão do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte, e do Estádio Mineirinho. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.229/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e de Saúde pedido de informações sobre a situação atual das tomadas públicas de subsídio e, quando for o caso, sobre o detalhamento e o cronograma atualizado do lançamento dos editais de licitação para a retomada das obras dos hospitais regionais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.230/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações consubstanciadas nas ações que vêm sendo realizadas pelos respectivos órgãos visando a reativar os voos regionais encerrados após o término do programa Voe Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.231/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a existência de obras previstas em escolas estaduais de Timóteo e de Ipatinga com a utilização de recursos vinculados à área da educação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.232/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para o patrolamento da BR-135, no trecho que liga Itacarambi a Manga, no extremo norte de Minas Gerais.

Nº 3.233/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para o patrolamento da BR-135, no trecho que liga Itacarambi a Manga, no extremo norte de Minas Gerais.

Nº 3.234/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para o patrolamento da MGC-479, no trecho que liga o Município de Chapada Gaúcha ao Distrito de Serra das Araras, no extremo norte de Minas Gerais.

Nº 3.235/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para manutenção das rodovias estaduais MG-265 e MG-285, no trecho entre os Municípios de Astolfo Dutra e Rio Pomba.

Nº 3.236/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências com vistas ao imediato início das obras de asfaltamento da Rodovia MG-280, nos trechos de Paula Cândido a Divinésia e de Dores do Turvo a Alto do Rio Doce.

Nº 3.237/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja priorizada a retomada das obras dos seguintes trechos rodoviários: LMG-760, no contorno rodoviário de Cataguases, MG-425, MG-409 e MG-105, de Pavão a Águas Formosas, MG-479, de Januária a Chapada Gaúcha, Anel Rodoviário de Montes Claros, BR-491, de Varginha a Três Corações, MG-290, LMG-862, de São Bento Abade a Luminárias, MG-295, de Consolação a Cambuí, AMG-2320, de Santa Rita do Itueto a Resplendor, e BR-135, de Manga a Itacarambi.

Nº 3.238/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para sua participação efetiva, sem que se coloquem empecilhos, na negociação com o Estado para viabilizar a retomada das obras da Rodovia LMG-760, tendo em vista a necessidade urgente de compensação pelos danos causados à região do Rio Doce pelo desastre com a barragem da Samarco.

Nº 3.239/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que esse órgão possa atuar, junto com o governo federal, na conclusão das obras de duplicação da BR-381, minorar a tarifa de pedágio prevista e antecipar o cronograma das obras propostas pela ANTT para a rodovia.

Nº 3.240/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para ampliação da fiscalização nas rodovias da região do Vale do Jequitinhonha, que estariam sendo utilizadas por caminhões extralongos de transporte de eucaliptos, fora dos limites de peso, velocidade e horário permitidos pela legislação.

Nº 3.241/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para instituição de grupo de trabalho formado por esse órgão e a bancada de deputados da região Norte do Estado para definir quais obras serão realizadas com os eventuais recursos de antecipação do pagamento da outorga da concessionária Eco-135.

Nº 3.242/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências com vistas a que seja agendada visita técnica a Rio Pardo de Minas para que, em conjunto com as lideranças e a população dessa localidade, sejam encontradas soluções para o problema logístico enfrentado pelo município.

Nº 3.243/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para ampliação da fiscalização da Linha 1740 do transporte metropolitano de Belo Horizonte, objeto de muitas reclamações de usuários.

Nº 3.244/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para articulação de soluções de investimento público federal, estadual e municipal ou privado, visando à reforma e à ampliação do terminal de passageiros e dos hangares de carga do aeroporto regional do Vale do Aço e a melhorias nos aeroportos de Araguari e Itajubá.

Nº 3.245/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja dado andamento célere às discussões do grupo de trabalho já instituído pelo órgão para resolver os impasses vividos por trabalhadores e usuários do transporte fretado alternativo, após o advento de nova legislação federal, que está impossibilitando a prestação desse serviço.

Nº 3.246/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à integração dos sistemas de transporte coletivo metropolitano e municipais, por meio da integração tarifária, da redução da sobreposição de linhas e da melhoria do serviço para os usuários.

Nº 3.247/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e de Desenvolvimento Econômico pedido de providências com vistas ao aumento da competição entre as companhias aéreas nos aeroportos do Estado, para evitar que elas cobrem tarifas extorsivas dos usuários.

Nº 3.248/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam priorizadas as obras do Instituto Médico Legal de Ipatinga, que poderiam ser realizadas inclusive com recursos de emendas parlamentares.

Nº 3.249/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para apuração dos relatos de cobrança de tarifas abusivas pelas companhias aéreas para viagens entre cidades de Minas Gerais, notadamente nos trechos Belo Horizonte-Ipatinga, Belo Horizonte-Governador Valadares e Belo Horizonte-Montes Claros.

Nº 3.250/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja priorizada a conclusão das obras do Hidroex e para que essas entidades participem das discussões com os demais órgãos do Estado visando a dar a devida destinação ao empreendimento.

Nº 3.251/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as medidas que serão adotadas para o equacionamento do déficit fiscal e para o reequilíbrio das contas públicas no campo previdenciário. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.252/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a previsão de investimentos em infraestrutura e na expansão do desenvolvimento da economia nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.253/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a atuação da Segov para atrair empresários e investimentos para o Estado, especialmente no que diz respeito à criação de ambiente seguro para investimentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.254/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a elaboração de estudo sobre a viabilidade de aumento da tributação de produtos supérfluos como alternativa para arrecadação de receitas para o enfrentamento da crise financeira do Estado e para a execução de políticas públicas.

Nº 3.255/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a juíza de direito Ana Régia Santos Chagas pelo excelente trabalho desenvolvido à frente da 4ª Vara Cível da Comarca de Araguari. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.256/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio Imaculada Conceição por acolher alunos com deficiência em sua rede de ensino, garantindo a sua inclusão educacional.

Nº 3.257/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao presidente do Conselho Estadual de Educação pelo não comparecimento nem envio de representante à 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 22/10/2019, que debateu a recusa de matrículas de estudantes com deficiência por escolas particulares no Município de Belo Horizonte.

Nº 3.258/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer a inserção, nos anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do documento lido por Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa durante a audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 22/10/2019 para debater a recusa de matrículas de estudantes com deficiência por escolas particulares no Município de Belo Horizonte. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.259/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para fiscalização das escolas particulares do Estado relativamente à garantia de matrícula para alunos com deficiência, notadamente em relação ao disposto no art. 8º, I, da Lei Federal nº 7.853, de 1999, que define como crime "recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência".

Nº 3.261/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre o andamento do Plano de Mobilidade da RMBH e do Escritório de Mobilidade da RMBH, à luz do novo olhar sobre o transporte metropolitano defendido pela atual administração estadual. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.262/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de crianças abrigadas e o perfil – idade, sexo, raça –, o número de famílias cadastradas como famílias substitutas, o número de crianças que estão com essas famílias, o número de crianças reintegradas ao núcleo familiar ou família extensa, o número de crianças adotadas e se houve adoção internacional de crianças no período de 2013 a 2018, no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.263/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a proposta de capacitação de profissionais da saúde e assistência acerca dos fluxos, diretrizes e direitos das mães em situação de vulnerabilidade. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.264/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de crianças indígenas que se encontravam abrigadas nas unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e com famílias acolhedoras, no Estado, entre os anos de 2013 a 2018, e quantas delas foram encaminhadas para adoção. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.268/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os valores atualizados, segundo cálculos do órgão, que seriam necessários para a ampliação da malha metroviária da RMBH, detalhados por trecho e linha. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.269/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as estimativas desse órgão para os valores das outorgas das três malhas ferroviárias – EFVM, FCA e MRS –, cujas concessões com o governo federal estão em processo de renovação antecipada, e o percentual desses valores que será destinado a Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.270/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as ações da pasta e a situação atual das negociações com o governo federal para se utilizarem as multas devidas pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica (atual VLI) para implantação da Linha 2 (Calafate-Barreiro) do metrô de Belo Horizonte. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.271/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de política pública voltada para a reinserção social do dependente químico, especificamente no que tange à contratação e reinserção no mercado de trabalho. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.272/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o andamento das propostas de constituição de projetos para a captação de recursos do Fundo Nacional de Políticas sobre Drogas, de formulação de curso de capacitação via ensino a distância para conselheiros municipais de políticas sobre drogas e de reativação e criação de novos conselhos municipais sobre drogas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.273/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas tomadas pela pasta com vistas a articular suas ações direcionadas à população em situação de rua usuária de drogas com as ações desenvolvidas pela Rede de Atenção Psicossocial – Raps – do Sistema Único de Saúde, para o mesmo público. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 604/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja o Projeto de Lei nº 551/2019 distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Nº 634/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja o Projeto de Lei nº 31/2019 distribuído à Comissão de Direitos Humanos para parecer.

Nº 675/2019, da deputada Leninha, em que requer seja o Projeto de Lei nº 3.601/2016 distribuído à Comissão de Direitos Humanos para parecer.

Nº 719/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 917/2019.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.054/2018

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Relatório

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, o projeto de lei em epígrafe “proíbe o uso de algemas em presas ou internas parturientes, na forma que menciona” e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Mulher.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposta na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XXII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa proibir o uso de algemas em presa ou interna durante o trabalho de parto e no período subsequente de sua internação em estabelecimento de saúde. Estabelece ainda que caberá à equipe médica avaliar a adoção de meios de contenção não coercitivos em casos de eventuais situações de perigo à integridade física da presa ou interna, ou de terceiros.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluiu que não há óbices de ordem constitucional que impeçam a tramitação do projeto em análise, uma vez que a Constituição Federal, no art. 24, I, disciplina o direito penitenciário como competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.

Em sua justificação, o autor explica que o projeto visa garantir tratamento digno às apenadas ou internadas parturientes, sob a ótica do prescrito na Constituição da República, como o princípio da dignidade da pessoa humana, expresso no art. 1º, e o direito social de proteção à maternidade e à infância, disposto no art. 6º. Além disso, faz referência à Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, que prevê: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”.

No tocante ao mérito do projeto sob a ótica dos direitos das mulheres, deve-se apontar a procedência e relevância dos argumentos contidos em sua justificação.

Além dos argumentos já citados pelo autor, a proibição do uso de instrumentos de contenção em mulheres durante o parto e no período imediatamente posterior também está contida na Regra de Bangkok¹ nº 24, que compõe as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Essa orientação também está prevista no art. 3º da Resolução nº 3, de 2012, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária².

A proposta em pauta está alinhada com os princípios, direitos e orientações da legislação concernente às políticas para promoção da dignidade da pessoa humana e da proteção à maternidade e à infância. Consideramos, portanto, que o projeto em pauta é meritório e oportuno, e que deve avançar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.054/2018 na forma original.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2019.

Marília Campos, presidente – Celise Laviola, relatora – Doutor Jean Freire.

¹ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

² Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp/resolucoes/2012/resolucao3de1odejunhode2012.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 23/10/2019, as seguintes comunicações:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento de Isaac Rozental, ex-prefeito de Caxambu, ocorrido em 22/10/2019, nesse município. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Bosco em que notifica o falecimento de Ronaldo Simões da Cunha, ocorrido em 13/10/2019, em João Pinheiro. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/10/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bárbara Rodrigues da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;
exonerando Célio Marques Garcia, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
nomeando Angela Maria, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
nomeando Célio Marques Garcia, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;
nomeando Flávia Sampaio Gomes Coelho, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;
nomeando Jardel José Santana Corrêa, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;
nomeando Otávio Barbosa Gambogi, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;
nomeando Selma Aparecida de Moraes, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 37/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 92/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, a sessão pública virtual fica adiada para as 10 horas do dia 8/11/2019.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94 – 5º andar, Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte-MG – CEP: 30.190-090, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 71/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 174/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/11/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de seguro de vida para participantes do Fundo de Apoio Habitacional da ALMG – Fundhab –, por meio de seguradora, sem interveniência de corretoras..

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/10/2019, na pág 29, onde se lê:

“Julio Millan Moraes”, leia-se:

“Júlio Millan Moraes”.

PROJETO DE LEI Nº 1.226/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/10/2019, na pág. 5, no despacho, onde se lê:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.155/2019”, leia-se:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.155/2015”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.008/2017**Comissão de Administração Pública**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/10/2019, na pág. 36, nas assinaturas, onde se lê:

“João Magalhães, presidente – Osvaldo Lopes, relator – Sargento Rodrigues – Beatriz Cerqueira – Roberto Andrade – Raul Belém.”, leia-se:

“João Magalhães, presidente – Raul Belém, relator – Sargento Rodrigues – Beatriz Cerqueira – Roberto Andrade – Osvaldo Lopes.”.